



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABIXYO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua Folha de Respostas. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsiderando estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e/ou apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser recortada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501242506M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
TRT 10

CARGO:

Cargo 14: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 10ª REGIÃO (DF E TO) – 2º SIMULADO – CARGO 14: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL) CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

- 1 O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. O cliente – nem sempre – tem razão! In: Metrópoles. 20/06/2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/columnas/juris/o-cliente-nem-sempre-tem-razao>. Acesso em: 03 fev. 2025. (com adaptações).

- 1 O texto afirma que o consumidor sempre tem direito de exigir a troca de um produto recém-adquirido, desde que ele esteja em perfeito estado e dentro do prazo de validade.
- 2 Segundo o texto, o argumento “o cliente sempre tem razão” é amplamente aceito como válido no âmbito econômico, mas não encontra respaldo jurídico.
- 3 O texto defende que o consumidor deve conhecer seus direitos para exigir o cumprimento da legislação que regula as relações de consumo, mas admite que tal conhecimento não é indispensável para o respeito às normas legais.
- 4 O texto é predominantemente expositivo, pois apresenta informações sobre o conceito de direito do consumidor e ilustra situações em que esse direito pode ou não ser exercido.

- 5 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a expressão “lhe dá amparo” estabelece uma relação de concessão entre o consumidor e a lei.
- 6 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), o termo “que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” exerce a função de adjunto adnominal.
- 7 No trecho “Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas” (quinto parágrafo), o termo “Para a lei” exerce a função de adjunto adverbial de causa.
- 8 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a oração “quando o direito, a lei, lhe dá amparo” é subordinada adverbial causal, pois explica a razão de o cliente ter razão.
- 9 No trecho “Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade?” (segundo parágrafo), as palavras “ótica” e “será” possuem regras de acentuação diferentes, pois a primeira é acentuada por ser uma proparoxítona, enquanto a segunda é acentuada por ser oxítona terminada em “-a”.
- 10 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), a reescrita para “O direito do consumidor significa que o consumidor sempre tem direito de exigir que seus interesses sejam atendidos” preserva o sentido original do texto.

Noções Gerais de Direito

Carlos Elias

- 11 As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- 12 A prova dos fatos ocorridos no país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- 13 A interpretação teleológica é aquela que se vale de um raciocínio lógico para definir o alcance da norma a partir das suas motivações políticas, históricas e ideológicas.
- 14 A analogia deve ser utilizada quando uma lei tiver uma redação dúbia.
- 15 A jurisprudência é uma fonte material do Direito.

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 16** Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.
Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- 17** Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.
A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.
- 18** Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.
Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- 19** Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.
Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- 20** Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.
São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- 21** Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.
A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.
- 22** Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
O militar alistável é elegível, atendida a seguinte condição: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- 23** Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- 24** Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.
O ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- 25** Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.
Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Noções de Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

- 26** A administração direta compreende os órgãos que integram a estrutura da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enquanto a administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 27** A desconcentração ocorre quando o ente público distribui competências dentro de sua própria estrutura organizacional, criando órgãos internos para atender às demandas.
- 28** As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica, com autonomia administrativa, mas sem sujeição à supervisão do ente criador.
- 29** O ato administrativo goza de atributos como presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoredade, que são aplicáveis a todos os atos praticados pela Administração Pública.
- 30** A revogação de um ato administrativo ocorre por motivo de conveniência ou oportunidade e atinge atos válidos que ainda não tenham produzido efeitos concretos.
- 31** O poder regulamentar permite à Administração Pública detalhar normas gerais previstas em lei, mas não criar direitos ou obrigações de forma autônoma.
- 32** O abuso de poder pode se manifestar em duas formas: excesso de poder, quando o agente público atua fora de suas competências, e desvio de finalidade, quando o ato visa à finalidade diversa do interesse público.
- 33** Segundo a Lei n. 8.112/1990, os servidores públicos federais podem acumular dois cargos públicos em qualquer situação, desde que não haja prejuízo à carga horária.
- 34** De acordo com a Lei n. 9.784/1999, o contraditório e a ampla defesa devem ser assegurados em todos os processos administrativos, independentemente de sua natureza ou objeto.
- 35** A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos é objetiva, exigindo apenas a comprovação do dano e do nexo causal, enquanto por atos omissivos é subjetiva, dependendo da comprovação de culpa ou dolo.

Noções de Direitos Humanos

Daniel Barbosa

- 36** De acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento sigiloso no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- 37** De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

- 38** De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o cordão de fita com desenhos de girassóis é o símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências físicas.
- 39** De acordo com a Resolução n. 492/2023 do CNJ, a capacitação de magistradas e magistrados nas temáticas relacionadas a direitos humanos, gênero, raça e etnia, conforme artigo anterior, constará nos regulamentos para concessão do Prêmio CNJ de Qualidade.
- 40** A Resolução n. 368/2023 do CSJT instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, no âmbito da Justiça do Trabalho. Um dos princípios do programa é a observância dos princípios cristãos.

Noções de Governança Pública

Bruno Eduardo

A governança pública, fundamentada em princípios como transparência, accountability e eficiência, é essencial para o bom desempenho das organizações públicas. No âmbito da gestão pública, a Resolução CNJ n. 325/2020 estabelece diretrizes estratégicas para o Poder Judiciário, enfatizando a importância da gestão estratégica para a melhoria da prestação jurisdicional. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 41** A governança pública tem como um de seus objetivos principais a promoção da integridade nas práticas administrativas, garantindo que os resultados alcançados sejam sempre superiores aos planejados.
- 42** A Resolução CNJ n. 325/2020 enfatiza a necessidade de integração entre os órgãos do Poder Judiciário, com base em metas nacionais e regionais, como forma de assegurar a melhoria da prestação jurisdicional.

O planejamento estratégico é uma ferramenta indispensável para as organizações públicas e privadas, possibilitando a definição de objetivos de longo prazo e a adoção de métodos e técnicas que alinhem os recursos disponíveis às metas institucionais. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 43** No planejamento estratégico, a análise SWOT é utilizada para identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, sendo aplicável tanto a organizações públicas quanto privadas.
- 44** A missão e a visão organizacional são aspectos secundários no planejamento estratégico e não influenciam diretamente a definição de metas e objetivos institucionais.

A cultura organizacional exerce grande influência sobre o desempenho das organizações formais modernas, impactando diretamente as estruturas organizacionais e os processos internos. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 45** A cultura organizacional é composta por valores, crenças e práticas compartilhadas que definem o comportamento dos indivíduos e grupos dentro da organização.
- 46** Nas organizações públicas, a cultura organizacional não interfere no processo de comunicação formal, pois este é regido exclusivamente por normativos e regulamentos internos.

A gestão por processos, apoiada em ferramentas clássicas como o diagrama de Ishikawa e o ciclo PDCA, é amplamente utilizada na administração pública para promover melhorias contínuas e alcançar a excelência nos serviços prestados. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 47** O ciclo PDCA é uma ferramenta utilizada para a análise, correção e melhoria contínua de processos, sendo composto pelas etapas de planejamento, execução, verificação e ação corretiva.
- 48** O diagrama de Ishikawa, também conhecido como diagrama de causa e efeito, é utilizado exclusivamente para identificar falhas em processos de produção industrial, não sendo aplicável à administração pública.

A inovação na gestão pública, por meio do uso de tecnologias como a inteligência artificial e metodologias, como o *design thinking*, é um diferencial para a modernização dos serviços públicos. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 49** O *design thinking* é uma metodologia voltada para a solução de problemas complexos, colocando o cidadão no centro do processo e buscando soluções inovadoras.
- 50** A inteligência artificial é utilizada na gestão pública exclusivamente para a automatização de tarefas operacionais, não desempenhando papel estratégico na tomada de decisões.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Governança Organizacional

Weskley Rodrigues

- 51** A capacidade de resposta, elencada como princípio no Decreto n. 9.203/2017, diz respeito à agilidade e à efetividade com que a administração pública atua para atender às demandas da sociedade, assegurando que as políticas e os serviços públicos sejam adequados às necessidades coletivas.
- 52** A prestação de contas e a responsabilidade figuram como diretrizes previstas no Decreto n. 9.203/2017, enfatizando a importância do accountability na administração pública.
- 53** O controle, previsto no art. 5º do Decreto n. 9.203/2017, constitui um dos mecanismos essenciais da governança pública, ao estabelecer processos estruturados para mitigação de riscos e garantia de eficiência na execução das atividades governamentais.
- 54** Direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, priorizando soluções inovadoras para lidar com recursos limitados e mudanças de prioridades, configura um princípio da governança pública, segundo o Decreto n. 9.203/2017.
- 55** A governabilidade está essencialmente ligada à capacidade técnica e administrativa de implementação das políticas públicas.
- 56** A accountability vertical é caracterizada pelo controle realizado pela população sobre os administradores públicos, utilizando-se de mecanismos como voto, plebiscito e referendo.
- 57** A ausência de governabilidade inviabiliza a boa governança, pois ambas estão diretamente relacionadas e dependem da capacidade técnica e financeira do governo.
- 58** A governança pública, conforme o Referencial Básico de Governança Organizacional (TCU, 2020), baseia-se nos princípios de liderança, estratégia e controle para a condução de políticas públicas e prestação de serviços.
- 59** A gestão de riscos, segundo os princípios estabelecidos pela ISO 31000, deve estar integrada aos processos organizacionais e à tomada de decisão em todos os níveis hierárquicos.
- 60** O uso da técnica “What If” na gestão de riscos está limitado à antecipação de cenários em processos industriais e não se aplica a projetos administrativos.
- 61** Entre as boas práticas de gestão de riscos, está a necessidade de comprometer a alta direção e garantir o acesso à informação relevante para todos os níveis da organização.
- 62** A análise de cenários e o método de Delphi são técnicas de gestão de riscos voltadas exclusivamente à identificação de ameaças e não contemplam oportunidades.

63 As atividades de auditoria independente e avaliação objetiva da gestão de riscos são típicas da segunda linha de defesa, que reporta diretamente ao órgão de governança.

64 A primeira linha de defesa é responsável pela implementação efetiva dos processos e dos controles internos, uma vez que gerencia os riscos na rotina operacional.

Gestão Estratégica

Weskley Rodrigues

- 65** A função de Planejamento, no processo administrativo contemporâneo, substitui a antiga função de “prever” proposta por Fayol, mantendo o caráter de projetar e construir o futuro desejado pela organização.
- 66** Na etapa de Organização, a definição de autoridade, a responsabilidade e a departamentalização são elementos centrais para a alocação eficiente dos recursos, fundamentando-se nas necessidades e objetivos da organização.
- 67** A função de Direção exige, entre outros atributos, a capacidade de motivar, liderar e comunicar-se adequadamente, pois é por meio do trabalho das pessoas que o Planejamento e a Organização atingem seus propósitos.
- 68** No processo administrativo, a etapa de Controle deve retroalimentar o Planejamento, permitindo ajustes e melhorias contínuas nas metas e processos organizacionais.
- 69** A análise SWOT (FOFA) é uma ferramenta de planejamento que, em sua matriz 2x2, considera fatores internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças), permitindo a identificação de pontos que podem ser controlados e de fatores externos à organização.
- 70** A análise SWOT, por ter sido criada para uso exclusivo em empresas privadas, não se aplica ao planejamento estratégico de órgãos públicos.
- 71** Uma melhoria na reputação da empresa perante clientes faz parte das forças (Strengths), enquanto a adoção de uma legislação favorável ao negócio refere-se às oportunidades (Opportunities) na análise SWOT.
- 72** Na análise SWOT, as ameaças são fatores internos que podem ser corrigidos diretamente pela organização, ao contrário das fraquezas, que não dependem de uma ação própria para serem eliminadas.
- 73** O Balanced Scorecard (BSC) visa equilibrar indicadores financeiros e não financeiros, considerando diferentes perspectivas, como finanças, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento.
- 74** O planejamento tático consiste em estabelecer metas de longo prazo e definir a visão global da organização, sendo, portanto, mais abrangente do que o planejamento estratégico.

- 75** O planejamento operacional detalha as atividades rotineiras e envolve a execução concreta das tarefas, garantindo o cumprimento das metas definidas nos níveis estratégico e tático.
- 76** O uso de ferramentas de análise, como a Matriz SWOT, está restrito ao planejamento estratégico, não sendo aplicável ao planejamento tático nem ao operacional.
- 77** A reengenharia de processos, ao contrário das práticas de melhorias incrementais, objetiva mudanças drásticas e fundamentais nos processos organizacionais, questionando desde a estrutura até a forma de execução das atividades.
- 78** Quando aplicada ao setor público, a reengenharia de processos mantém a burocracia inalterada, pois limita-se a ajustes cosméticos na estrutura e não impacta os processos de gestão.

Gestão de Pessoas

Rafael Barbosa

- 79** A contratação de servidores para cargos públicos, em regra, deve ocorrer mediante a aprovação em concurso público, salvo as exceções previstas em lei, como cargos comissionados e contratações temporárias.
- 80** No modelo descentralizado de gestão de pessoas, as decisões estratégicas são de responsabilidade da função de staff, enquanto as unidades de linha são responsáveis pela execução operacional das políticas.
- 81** A gestão do desempenho humano nas organizações segue etapas sequenciais, incluindo planejamento, monitoramento, avaliação e retroalimentação para melhoria contínua.
- 82** O método de escolha forçada consiste na avaliação de desempenho com base em alternativas predeterminadas, obrigando o avaliador a escolher a opção mais adequada para cada colaborador, reduzindo a subjetividade do processo.
- 83** O efeito halo ocorre quando o avaliador, influenciado por uma característica específica do avaliado, generaliza essa percepção para outros aspectos do desempenho, comprometendo a imparcialidade da avaliação.
- 84** O mapeamento de competências em uma organização identifica exclusivamente as competências técnicas dos colaboradores, desconsiderando as competências comportamentais e organizacionais.
- 85** Treinamento, desenvolvimento e educação nas organizações são termos intercambiáveis que designam qualquer processo de capacitação dos colaboradores, sem distinção entre curto e longo prazo.
- 86** A espiral da aprendizagem nas organizações limita-se ao processo de combinação e internalização, desconsiderando etapas como socialização e externalização.
- 87** Os níveis da cultura organizacional, conforme Edgar Schein, restringem-se aos artefatos visíveis, sem considerar crenças e valores que influenciam os comportamentos.

- 88** O modelo de mudança organizacional proposto por Kurt Lewin é composto por três etapas: planejamento, execução e avaliação, deixando de lado o fator comportamental.

- 89** A teoria ERC, de Clayton Alderfer, simplifica a hierarquia de necessidades de Maslow ao agrupar as necessidades em três categorias: existência, relacionamento e crescimento. Diferentemente de Maslow, essa teoria permite que as necessidades sejam buscadas simultaneamente ou que um indivíduo retorne a níveis anteriores se houver frustração.

- 90** A teoria da expectativa, de Victor Vroom, afirma que a motivação de um indivíduo depende da expectativa de que o seu esforço levará ao desempenho desejado e de que esse desempenho resultará em uma recompensa valorizada.

- 91** A gestão da diversidade nas organizações busca promover um ambiente inclusivo, mas não considera as diferenças culturais como fator relevante para o desempenho organizacional.

- 92** Emoções e afetos nas organizações são elementos subjetivos que não exercem impacto significativo no comportamento dos indivíduos e nos resultados organizacionais.

Gestão de Contratos

Rafael de Oliveira

- 93** A Lei n. 14.133/2021 define que o princípio da eficiência deve orientar todo o processo licitatório e a execução dos contratos administrativos.
- 94** De acordo com a Lei n. 14.133/2021, o plano de contratações anual deve ser elaborado antes do início do exercício financeiro, abrangendo todas as contratações previstas para o período.
- 95** No processo licitatório regido pela Lei n. 14.133/2021, a fase de julgamento precede a fase de habilitação, salvo nos casos de inversão de fases.
- 96** A contratação direta por inexigibilidade é admitida apenas em casos de emergência ou calamidade pública, conforme disposto na Lei n. 14.133/2021.
- 97** O credenciamento, previsto como procedimento auxiliar na Lei n. 14.133/2021, é utilizado para selecionar múltiplos fornecedores aptos à prestação de serviços em condições uniformes.
- 98** No sistema de registro de preços regulado pelo Decreto n. 11.462/2023, o procedimento para registro de preços será realizado no SRP digital, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional, a ser publicado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
- 99** A Lei n. 14.133/2021 exige que todos os contratos administrativos sejam obrigatoriamente formalizados por meio de instrumento contratual escrito.

- 100** As garantias previstas na Lei n. 14.133/2021 incluem caução em dinheiro, seguro-garantia e fiança bancária, não sendo admitida a combinação de modalidades.
- 101** A fiscalização da execução do contrato administrativo deve ser realizada por agentes formalmente designados pela Administração, conforme a Lei n. 14.133/2021.
- 102** Segundo a Lei n. 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado pode ser provisório ou definitivo, dependendo da complexidade do bem ou serviço contratado.
- 103** A publicidade dos atos do processo licitatório e dos contratos administrativos deve ser obrigatoriamente realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 104** Durante o período de transição, até abril de 2023, era permitido à Administração escolher entre aplicar a Lei n. 14.133/2021 ou as leis anteriores (Lei n. 8.666/1993 e correlatas).
- 105** O Decreto n. 11.531/2023 estabelece que no ato de celebração do convênio ou do contrato de repasse, o concedente deverá empenhar o valor total previsto no cronograma de desembolso do exercício da celebração e registrar os valores programados para cada exercício subsequente, no caso de convênio ou de contrato de repasse com vigência plurianual, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, em conta contábil específica.
- 106** A Resolução CSJT n. 364/2023 determina que as contratações públicas no âmbito da Justiça do Trabalho devem priorizar a economicidade, ainda que em detrimento da qualidade do objeto contratado.
- 111** Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue o item a seguir. Caso o Poder Judiciário não atenda aos limites estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias para a sua proposta orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado para ajustá-la.
- 112** Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue o item a seguir. No âmbito do processo orçamentário da União, compete à Comissão de Constituição e Justiça das Casas do Congresso Nacional a emissão de parecer prévio sobre os projetos de lei do orçamento público, bem como sobre as contas apresentadas pelo Presidente da República.
- 113** Sobre os créditos ordinários e adicionais, julgue o item a seguir. A abertura de créditos especiais depende da existência e indicação de recursos disponíveis, os quais podem advir, por exemplo, do excesso de arrecadação, desde que apurado em exercício anterior ao de abertura do crédito adicional.
- 114** Sobre os créditos ordinários e adicionais, julgue o item a seguir. Os créditos suplementares podem ser abertos com recursos provenientes de operação de crédito, bem como os resultantes de anulação parcial de dotações orçamentárias.
- 115** No que se refere aos princípios orçamentários, julgue o item a seguir. A contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária não pode ser abordada no projeto de lei orçamentária anual, que está submetida ao princípio orçamentário da anualidade.
- 116** Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue o item a seguir. Em sentido estrito, as receitas públicas representam tanto as disponibilidades de recursos financeiros ao erário quanto entradas compensatórias.
- 117** Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue o item a seguir. A classificação funcional da despesa pública busca basicamente responder em que área será realizada a ação governamental oriunda da despesa.
- 118** Acerca dos regimes especiais de execução das despesas públicas, julgue o item a seguir. As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, mas que ainda possuam pendência de liquidação, podem ser computadas como restos a pagar.
- 119** Sobre a execução orçamentária e financeira, julgue o item a seguir. Enquanto o repasse se refere à descentralização de recursos financeiros entre unidades gestoras dentro da mesma estrutura administrativa, o sub-repasso se refere à movimentação que ocorre entre unidades gestoras de estruturas administrativas distintas.
- 120** Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue o item a seguir. Um dos objetivos da LRF é corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Gestão Financeira e Orçamentária

Anderson Ferreira

- 107** Sobre os conceitos básicos de orçamento público, julgue o item a seguir. O orçamento público, na concepção do orçamento-programa, além de conter um plano de realizações da administração pública, enfatiza as realizações das políticas públicas propostas.
- 108** Sobre os conceitos básicos de orçamento público, julgue o item a seguir. O orçamento incremental tem como principal característica a reavaliação completa das dotações consignadas no orçamento público.
- 109** Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue o item a seguir. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias apresentará, em anexo específico, as diretrizes da política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.
- 110** Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento, bem como ao processo orçamentário no Brasil, julgue o item a seguir. A lei orçamentária anual constitui um elo entre o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, na medida em que orienta a elaboração do plano plurianual.

Discursiva

Letícia Bastos

TEXTO I

O processo administrativo é composto por funções interdependentes que visam garantir a eficiência e eficácia das organizações. Planejar, organizar, dirigir e controlar são etapas fundamentais para alcançar os objetivos organizacionais, pois permitem alinhar recursos, prever problemas e medir resultados.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 11. ed. São Paulo: Elsevier, 2020.

TEXTO II

O planejamento é o ponto de partida para qualquer ação organizacional, enquanto a organização estrutura os meios necessários para executar o que foi planejado. A direção garante que as pessoas estejam alinhadas aos objetivos, e o controle avalia os resultados, permitindo ajustes e melhorias. Cada uma dessas funções desempenha um papel crucial no desempenho e na competitividade das organizações.

MAXIMIANO, Antonio César Amaro. Teoria Geral da Administração. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

- 1 Explique o conceito de processo administrativo e a importância da integração entre suas funções para o alcance dos objetivos organizacionais. [Valor: 9,50 pontos]
- 2 Discuta como a função de planejamento influencia as demais funções do processo administrativo, destacando sua relevância para a eficiência das organizações. [Valor: 9,50 pontos]
- 3 Analise os desafios do controle como última etapa do processo administrativo e a sua contribuição para a correção de desvios e melhoria contínua nas organizações. [Valor: 9,50 pontos]



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10^a REGIÃO
2º SIMULADO
CARGO 14: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL)

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Gabarito	E	C	E	C	E	E	E	E	C	E	C	C	E	E	E
Item	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	C	C	C	E	C	E	C	E	C	C	C	C	E	E	C
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Gabarito	C	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	C	E	C
Item	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	C	E	C	E	C	E	C	E	E	C	C	C	E	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Gabarito	C	E	E	C	C	C	C	C	C	E	C	E	C	E	C
Item	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	C	E	C	C	C	C	C	E	E	E	E	E	C	C
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Gabarito	E	E	C	C	E	E	C	C	C	E	C	C	C	C	C
Item	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	E	C	E	E	E	C	E	E	C	E	C	C	E	E	C

REDAÇÃO SOB MEDIDA

**Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.**

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva

TRT 10ª REGIÃO (DF E TO) – 2º SIMULADO – CARGO 14: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL) CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

- 1 O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

5 Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

10 Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

15 A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

20 Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

25 Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

*Leonardo Bessa. **O cliente – nem sempre – tem razão!** In: Metrópoles. 20/06/2024. Disponível em: <https://www.metrooles.com/columnas/juris/o-cliente-nem-sempre-tem-razao>. Acesso em: 03 fev. 2025. (com adaptações).*

- 1 O texto afirma que o consumidor sempre tem direito de exigir a troca de um produto recém-adquirido, desde que ele esteja em perfeito estado e dentro do prazo de validade.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

O texto ressalta que o direito de troca ou devolução do dinheiro só é garantido em **situações específicas**, como vício do produto, promessa do vendedor ou compra fora do estabelecimento físico. O estado perfeito do produto não é, por si só, condição suficiente para garantir esse direito, invalidando o item.

- 2 Segundo o texto, o argumento “o cliente sempre tem razão” é amplamente aceito como válido no âmbito econômico, mas não encontra respaldo jurídico.

Certo.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

O texto explicita que o aforismo “o cliente sempre tem razão” é conhecido e utilizado como estratégia econômica para fidelizar clientes e evitar propaganda negativa. No entanto, do ponto de vista jurídico, a validade dessa ideia é negada, pois o consumidor só tem razão quando a lei o ampara.

- 3 O texto defende que o consumidor deve conhecer seus direitos para exigir o cumprimento da legislação que regula as relações de consumo, mas admite que tal conhecimento não é indispensável para o respeito às normas legais.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

O texto enfatiza que a consciência mínima dos direitos é essencial para que o consumidor possa exigir o cumprimento das normas e ser respeitado em sua condição de consumidor. Ele não admite que o respeito às normas ocorra independentemente desse conhecimento, tornando o item incorreto.

- 4 O texto é predominantemente expositivo, pois apresenta informações sobre o conceito de direito do consumidor e ilustra situações em que esse direito pode ou não ser exercido.

Certo.

Assunto abordado: Tipologia textual.

O texto tem como objetivo principal explicar e esclarecer o conceito de direito do consumidor, apresentando exemplos e argumentações. Essa característica demonstra que ele é predominantemente expositivo, validando o item.

- 5 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a expressão “lhe dá amparo” estabelece uma relação de concessão entre o consumidor e a lei.

Errado.

Assunto abordado: Semântica.

A expressão “lhe dá amparo” estabelece uma **relação de condição**, indicando que o consumidor só tem razão quando há respaldo jurídico. Não há relação de concessão nesse contexto.

- 6 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), o termo “que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” exerce a função de adjunto adnominal.

Errado.

Assunto abordado: Sintaxe do período simples.

O trecho “que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” é uma **oração subordinada adjetiva restritiva** que funciona como adjunto adnominal do núcleo “conjunto de normas”. No entanto, essa oração não é, por si só, um adjunto adnominal, mas, sim, uma **estrutura oracional que modifica o núcleo**.

- 7 No trecho “Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas” (quinto parágrafo), o termo “Para a lei” exerce a função de adjunto adverbial de causa.

Errado.

Assunto abordado: Sintaxe do período simples.

O termo “Para a lei” exerce a função de **adjunto adverbial de conformidade**, indicando que o enunciado subsequente é baseado em normas jurídicas, e não expressando uma relação de causa.

- 8 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a oração “quando o direito, a lei, lhe dá amparo” é subordinada adverbial causal, pois explica a razão de o cliente ter razão.

Errado.

Assunto abordado: Sintaxe do período composto.

A oração “quando o direito, a lei, lhe dá amparo” é **subordinada adverbial temporal**, indicando o momento em que o cliente (consumidor) tem razão, conforme o texto. Não há relação de causa, mas, sim, de tempo.

- 9 No trecho “Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade?” (segundo parágrafo), as palavras “ótica” e “será” possuem regras de acentuação diferentes, pois a primeira é acentuada por ser uma proparoxítona, enquanto a segunda é acentuada por ser oxítona terminada em “-a”.

Certo.

Assunto abordado: Acentuação.

A palavra “ótica” é acentuada por ser proparoxítona, enquanto “será” é acentuada, de fato, por se tratar de uma oxítona terminada em vogal.

- 10 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), a reescrita para “O direito do consumidor significa que o consumidor sempre tem direito de exigir que seus interesses sejam atendidos” preserva o sentido original do texto.

Errado.

Assunto abordado: Reescrita de frases e orações.

A reescrita apresenta um significado diferente do texto original, pois altera o sentido ao sugerir que o consumidor tem sempre o direito de exigir a satisfação de seus interesses. O texto original, no entanto, destaca que a expressão “direito do consumidor” refere-se a normas que regulam relações, e não à garantia absoluta dos interesses do consumidor.

Noções Gerais de Direito

Carlos Elias

- 11 As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

Certo.

Assunto abordado: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Trata-se do art. 1º, § 4º, da LINDB:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei comece a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada. (Vide Lei n. 1.991, de 1953) (Vide Lei n. 2.145, de 1953) (Vide Lei n. 2.410, de 1955) (Vide Lei n. 2.770, de 1956) (Vide Lei n. 3.244, de 1957) (Vide Lei n. 4.966, de 1966) (Vide Decreto-Lei n. 333, de 1967) (Vide Lei n. 2.807, de 1956) (Vide Lei n. 4.820, de 1965)

§ 2º (Revogado pela Lei n. 12.036, de 2009).

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º **As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.** (Grifos nossos.)

- 12 A prova dos fatos ocorridos no país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

Certo.

Assunto abordado: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Trata-se de cópia do art. 13 da LINDB. Se faço um contrato verbal na Itália no valor de R\$ 100.000,00 e, lá, a lei italiana admite prova exclusivamente testemunhal para comprovar esse contrato (por exemplo, em razão de uma ação de cobrança que eu possa mover contra a outra parte), então, aqui no Brasil também será admitida prova exclusivamente testemunhal para a prova desse contrato, pois, segundo o art. 13 da LINDB, aplica-se a lei do país em que o fato ocorreu quanto aos meios de provas admitidos. Em outras palavras, se a lei brasileira proibisse prova exclusivamente testemunhal para negócios jurídicos de valor alto (como antigamente fazia o já revogado art. 227 do Código Civil), essa proibição da lei brasileira não seria aplicada no exemplo que citamos.

- 13 A interpretação teleológica é aquela que se vale de um raciocínio lógico para definir o alcance da norma a partir das suas motivações políticas, históricas e ideológicas.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação e integração da norma jurídica.

A questão define a interpretação lógica. Sobre o tema, veja esta explanação doutrinária:

5.6.4. Interpretação teleológica ou social

A interpretação teleológica ou social é a que adequa o texto da lei à realidade social. O verbete “teleológico” descende etimologicamente do grego “teleos”, que se reporta à ideia de finalidade. A interpretação teleológica busca a finalidade da norma sob a ótica da realidade social atual. Dialoga com os arts. 5º da LINDB e 8º do CPC, por prestigiar os fins sociais da norma. O art. 1.593 do CC, por exemplo, ao tratar de parentesco, deve ser interpretado de modo a contemplar também o parentesco socioafetivo.

5.6.5. Interpretação lógica ou racional

A interpretação lógica ou racional é a que se vale de um raciocínio lógico para definir o alcance da norma a partir das suas motivações políticas, históricas e ideológicas. O STF, por exemplo, ao interpretar as normas que preveem cotas raciais (a que reserva vagas a negros em universidades públicas), analisou as

motivações políticas, históricas e ideológicas que cercam o tema, e entendeu que essas regras podem ser aplicadas a qualquer negro, rico ou pobre, pois a finalidade é aumentar a quantidade de negros no meio acadêmico como resposta ao histórico de preconceito racial (STF, ADPF 186, Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 17/10/2014).

OLIVEIRA, Carlos E. Elias de; COSTA-NETO, João. *Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense/Método, 2025.* p. 46.

- 14** A analogia deve ser utilizada quando uma lei tiver uma redação dúbia.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação e integração da norma jurídica. Analogia é meio de integração normativa e, por isso, é utilizada para suprir a falta de uma lei para um caso concreto. Se há lei, não se fala em integração, mas, sim, em interpretação.

- 15** A jurisprudência é uma fonte material do Direito.

Errado.

Assunto abordado: Fontes de Direito.

Jurisprudência é fonte formal, e não material.

Fonte material são os fatores sociais que criam o direito.

Fonte formal são: lei no sentido amplo (principal fonte); jurisprudência (decisões dos tribunais – há jurisprudências vinculantes e não vinculantes); costumes jurídicos (hábitos sociais com força jurídica); princípios gerais de direito (noções de justiça construídas ao longo da história do Direito); vontade dos particulares (especialmente quando se manifesta por meio de atos jurídicos, como no caso de contratos); e, doutrina (há controvérsia).

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 16** Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.
Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Certo.

Assunto abordado: Direitos individuais.

De acordo com o art. 5º, XVI, da CF/1988:

Art. 5º, XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

- 17** Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.
A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

Certo.

Assunto abordado: Direitos individuais.

De acordo com o art. 5º, XXIV, da CF/1988:

Art. 5º, XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

- 18** Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.

Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Certo.

Assunto abordado: Direitos sociais.

De acordo com o art. 6º, parágrafo único, da CF/1988:

Art. 6º, Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

- 19** Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.

Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Errado.

Assunto abordado: Direitos sociais.

Em desacordo com o art. 11 da CF/1988:

Art. 11. Nas empresas de **mais de duzentos empregados**, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. (Grifos nossos.)

- 20** Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.

São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

Certo.

Assunto abordado: Nacionalidade.

De acordo com o art. 12, I, a, da CF/1988:

Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

- 21** Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.

A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

Errado.

Assunto abordado: Nacionalidade.

Em desacordo com o art. 12, § 2º, da CF/1988:

Art. 12, § 2º A lei **não poderá** estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos nossos.)

- 22** Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
O militar alistável é elegível, atendida a seguinte condição: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

Certo.

Assunto abordado: Direitos políticos.

De acordo com o art. 14, § 8º, da CF/1988:

Art. 14, § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

- 23** Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

Errado.

Assunto abordado: Direitos políticos.

Em desacordo com o art. 14º, § 12, da CF/1988:

Art. 14, § 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral **até 90 (noventa) dias** antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos. (Grifos nossos.)

- 24** Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.
O ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.

Certo.

Assunto abordado: Poder judiciário.

De acordo com o art.93, I, da CF/1988:

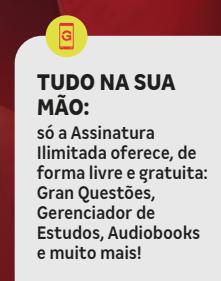
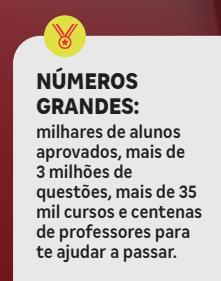
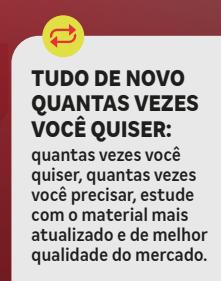
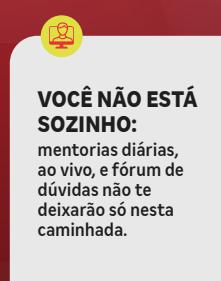
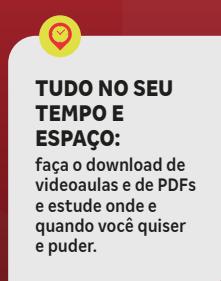
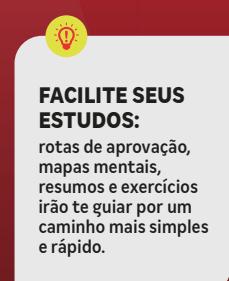
Art. 93, I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

- 25** Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.
Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

G Quero ser assinante ilimitado agora